

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	9
DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	50
----------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	51
-------------------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	52
--------------------------------------------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	880.653.030
Preferenciais	0
Total	880.653.030
Em Tesouraria	
Ordinárias	1
Preferenciais	0
Total	1

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	27/04/2018	Dividendo	23/04/2019	Ordinária		0,02634
Assembléia Geral Extraordinária	30/11/2018	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,12515
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2019	Dividendo		Ordinária		0,02793
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2019	Dividendo		Ordinária		0,45101

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	10.005.763	9.353.492
1.01	Ativo Circulante	3.663.651	2.964.022
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	790.027	197.579
1.01.03	Contas a Receber	1.697.678	1.738.965
1.01.03.01	Clientes	1.697.678	1.738.965
1.01.04	Estoques	9.659	8.798
1.01.06	Tributos a Recuperar	66.574	60.043
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	66.574	60.043
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.332	1.338
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	65.242	58.705
1.01.07	Despesas Antecipadas	34.901	29.135
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.064.812	929.502
1.01.08.03	Outros	1.064.812	929.502
1.01.08.03.01	Outros créditos	201.839	198.199
1.01.08.03.02	Derivativos	64.386	65.435
1.01.08.03.06	Ativo financeiro setorial	798.587	665.868
1.02	Ativo Não Circulante	6.342.112	6.389.470
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.075.949	4.135.283
1.02.01.04	Contas a Receber	42.656	49.326
1.02.01.04.01	Clientes	42.656	49.326
1.02.01.07	Tributos Diferidos	252.956	250.933
1.02.01.07.02	Créditos fiscais diferidos	252.956	250.933
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	2.772	3.450
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.777.565	3.831.574
1.02.01.10.03	Derivativos	53.770	80.955
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	477.305	474.095
1.02.01.10.05	Imposto de renda e contribuição social a compensar	62.174	61.777
1.02.01.10.06	Outros tributos a compensar	58.168	58.240
1.02.01.10.07	Ativo financeiro da concessão	3.118.523	3.026.780
1.02.01.10.10	Outros créditos	7.625	7.606
1.02.01.10.11	Ativo financeiro setorial	0	122.121
1.02.04	Intangível	2.266.163	2.254.187
1.02.04.01	Intangíveis	2.266.163	2.254.187
1.02.04.01.02	Intangíveis	1.832.891	1.823.908
1.02.04.01.03	Ativo contratual em curso	433.272	430.279

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	10.005.763	9.353.492
2.01	Passivo Circulante	2.989.913	2.406.582
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	43.257	39.857
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	43.257	39.857
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	43.257	39.857
2.01.02	Fornecedores	1.278.348	1.026.612
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.278.348	1.026.612
2.01.03	Obrigações Fiscais	265.789	310.094
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	98.032	82.478
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	25.244	10.167
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social - PIS	10.997	10.678
2.01.03.01.03	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	50.755	49.272
2.01.03.01.04	Outras obrigações Federais	11.036	12.361
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	166.090	225.908
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	166.090	225.908
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.667	1.708
2.01.03.03.01	Outras obrigações Municipais	1.667	1.708
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	816.431	454.391
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	768.255	372.081
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	464.237	122.309
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	304.018	249.772
2.01.04.02	Debêntures	48.176	82.310
2.01.04.02.01	Debêntures	48.176	82.310
2.01.05	Outras Obrigações	586.088	575.628
2.01.05.02	Outros	586.088	575.628
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	202.810	202.810
2.01.05.02.04	Entidade de Previdência Privada	80.936	64.647
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	256.398	245.759
2.01.05.02.08	Taxas regulamentares	45.944	62.412
2.02	Passivo Não Circulante	4.917.043	5.036.044
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.600.176	3.801.453
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.465.954	1.649.787
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	542.133	554.614
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	923.821	1.095.173
2.02.01.02	Debêntures	2.134.222	2.151.666
2.02.01.02.01	Debêntures	2.134.222	2.151.666
2.02.02	Outras Obrigações	1.035.681	960.687
2.02.02.02	Outros	1.035.681	960.687
2.02.02.02.03	Entidade de Previdência Privada	840.022	856.082
2.02.02.02.05	Derivativos	5.667	6.231
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	98.193	98.374
2.02.02.02.09	Passivo Financeiro Setorial	91.799	0
2.02.04	Provisões	281.186	273.904
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	281.186	273.904
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	131.469	125.118

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	80.418	80.522
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	66.444	65.450
2.02.04.01.05	Outros	2.855	2.814
2.03	Patrimônio Líquido	2.098.807	1.910.866
2.03.01	Capital Social Realizado	1.273.423	1.273.423
2.03.02	Reservas de Capital	179.192	179.192
2.03.04	Reservas de Lucros	1.030.928	1.030.928
2.03.04.01	Reserva Legal	81.435	81.435
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	397.190	397.190
2.03.04.10	Reserva de retenção de lucros para Investimento	109.658	109.658
2.03.04.11	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	442.645	442.645
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	187.465	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-572.201	-572.677

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.525.566	2.202.574
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.047.627	-1.813.945
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-1.701.886	-1.486.568
3.02.02	Custo de Operação	-192.082	-187.815
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-153.659	-139.562
3.03	Resultado Bruto	477.939	388.629
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-167.229	-134.324
3.04.01	Despesas com Vendas	-82.418	-62.706
3.04.01.01	Amortização	-291	-292
3.04.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-25.423	-11.254
3.04.01.03	Outras despesas com vendas	-56.704	-51.160
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-77.843	-65.438
3.04.02.01	Amortização	-7.201	-7.121
3.04.02.02	Outras despesas gerais e administrativas	-70.642	-58.317
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.968	-6.180
3.04.05.02	Outras despesas operacionais	-6.968	-6.180
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	310.710	254.305
3.06	Resultado Financeiro	-18.649	-32.534
3.06.01	Receitas Financeiras	68.786	66.820
3.06.02	Despesas Financeiras	-87.435	-99.354
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	292.061	221.771
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-104.596	-80.725
3.08.01	Corrente	-106.864	-100.024
3.08.02	Diferido	2.268	19.299
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	187.465	141.046
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	187.465	141.046
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,21000	0,16000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	187.465	141.046
4.02	Outros Resultados Abrangentes	476	0
4.02.01	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	476	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	187.941	141.046

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	535.700	-582.368
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	450.012	367.741
6.01.01.01	Lucro Líquido antes da CSLL e IRPJ	292.061	221.771
6.01.01.02	Amortização	63.541	60.057
6.01.01.03	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	10.751	2.712
6.01.01.04	Encarg DÍvidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	32.441	50.168
6.01.01.06	Perdas na Baixa de Ativo Não Circulante	6.301	6.196
6.01.01.08	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25.423	11.254
6.01.01.11	Despesa (receita) com entidade de previdência privada	19.494	15.583
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	85.688	-950.109
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	22.680	-110.508
6.01.02.03	Tributos a Compensar	-6.857	-6.892
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	2.216	-227
6.01.02.05	Contas a Receber CDE	4.816	3.405
6.01.02.06	Ativo Financeiro Setorial	22.825	-46.225
6.01.02.10	Outros Ativos Operacionais	-77.093	-64.248
6.01.02.11	Fornecedores	251.736	-444.747
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-91.940	-81.230
6.01.02.13	Outros Tributos e Contribuição e Sociais	-59.229	1.251
6.01.02.14	Outras obrigações com entidade de previdência privada	-19.265	-17.231
6.01.02.15	Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	-84.276	-52.428
6.01.02.16	Taxas Regulamentares	-16.468	-209.582
6.01.02.17	Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	-10.061	-13.070
6.01.02.18	Passivo financeiro setorial	71.462	1.383
6.01.02.19	Contas a pagar - CDE	767	0
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	74.375	90.240
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-142.735	-134.526
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados	0	763
6.02.03	Adições de Intangível	0	-135.289
6.02.05	Adições Ativo contratual	-142.735	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	199.483	428.697
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	350.649	1.379.021
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-202.186	-919.465
6.03.03	Liquidação de operações com derivativos	51.020	150.446
6.03.06	Operações de mútuo com controlada	0	-181.305
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	592.448	-288.197
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	197.579	713.796
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	790.027	425.599

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.273.423	179.192	1.030.928	0	-572.677	1.910.866
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.273.423	179.192	1.030.928	0	-572.677	1.910.866
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	187.465	476	187.941
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	187.465	0	187.465
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	476	476
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	0	0	0	0	476	476
5.07	Saldos Finais	1.273.423	179.192	1.030.928	187.465	-572.201	2.098.807

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	923.423	179.192	681.236	0	-413.448	1.370.403
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	923.423	179.192	681.236	0	-413.448	1.370.403
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	122.592	-5.478	117.114
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	141.046	0	141.046
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-18.454	-5.478	-23.932
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-5.478	-5.478
5.05.02.06	Efeito da aplicação inicial do CPC 48	0	0	0	-18.454	0	-18.454
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	17.153	-17.153	0	0
5.07	Saldos Finais	923.423	179.192	698.389	105.439	-418.926	1.487.517

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	3.956.971	3.493.009
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.829.191	3.365.290
7.01.02	Outras Receitas	153.202	138.971
7.01.02.01	Receita Relativa a construção da infraestrutura de concessão	153.202	138.971
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-25.422	-11.252
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.198.459	-1.933.801
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.888.475	-1.651.870
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-250.518	-241.134
7.02.04	Outros	-59.466	-40.797
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.758.512	1.559.208
7.04	Retenções	-63.758	-60.218
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-63.758	-60.218
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.694.754	1.498.990
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	72.701	71.052
7.06.02	Receitas Financeiras	72.701	71.052
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.767.455	1.570.042
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.767.455	1.570.042
7.08.01	Pessoal	116.842	109.211
7.08.01.01	Remuneração Direta	56.637	54.863
7.08.01.02	Benefícios	55.515	49.710
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.690	4.638
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.373.161	1.218.604
7.08.02.01	Federais	711.535	679.808
7.08.02.02	Estaduais	659.893	537.325
7.08.02.03	Municipais	1.733	1.471
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	89.987	101.181
7.08.03.01	Juros	89.291	100.557
7.08.03.02	Aluguéis	696	624
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	187.465	141.046
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	187.465	141.046

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – CPFL Paulista

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	1º Trimestre		
	2019	2018	%
Receita operacional	3.982.393	3.504.262	13,6%
Fornecimento de energia elétrica (*)	3.195.148	2.678.039	19,3%
Suprimento de energia elétrica	169.396	16.573	922,1%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	153.202	138.971	10,2%
Outras receitas operacionais	558.934	461.641	21,1%
Ativo e passivo financeiro setorial	(94.287)	209.038	-145,1%
Deduções da receita operacional	(1.456.827)	(1.301.688)	11,9%
Receita operacional líquida	2.525.566	2.202.574	14,7%
Custo com energia elétrica	(1.701.886)	(1.486.568)	14,5%
Energia comprada para revenda	(1.483.534)	(1.198.969)	23,7%
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(218.352)	(287.599)	-24,1%
Custo e Despesa operacional	(512.970)	(461.701)	11,1%
Pessoal	(98.033)	(97.930)	0,1%
Entidade de previdência privada	(19.494)	(15.583)	25,1%
Material	(20.452)	(18.546)	10,3%
Serviço de terceiros	(96.130)	(97.035)	-0,9%
Amortização	(63.540)	(60.057)	5,8%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(153.202)	(138.971)	10,2%
Outros	(62.117)	(33.579)	85,0%
Resultado do serviço	310.710	254.305	22,2%
Resultado financeiro	(18.649)	(32.534)	-42,7%
Receitas financeiras	68.786	66.820	2,9%
Despesas financeiras	(87.435)	(99.353)	-12,0%
Resultado antes dos tributos	292.061	221.771	31,7%
Contribuição social	(28.195)	(21.699)	29,9%
Imposto de renda	(76.401)	(59.027)	29,4%
Resultado líquido do período	187.465	141.046	32,9%
EBITDA	374.250	314.362	19,1%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo - TUSD - (nota 24)

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 1º trimestre de 2019 foi de R\$ 3.982.393, apresentando aumento de 13,6% (R\$ 478.131) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 3.829.191, apresentando aumento de 13,8% (R\$ 463.901) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** aumento de 19,3% (R\$ 517.110), principalmente pelo aumento de: (i) 16,4% na tarifa média decorrente principalmente do reajuste tarifário de abril de

Comentário do Desempenho

2018 de 16,90% (percepção do consumidor) e (ii) aumento de 2,5% no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada).

- ii. **Suprimento de energia elétrica:** aumento de 922,1% (R\$ 152.823), principalmente por: (i) volume maior de energia elétrica comercializada no curto prazo, associado às recontabilizações de operações realizadas na CCEE de períodos anteriores, com reflexo positivo na receita (R\$ 123.731); (ii) Operações do MVE (Mecanismo de Venda de Excedentes), com reflexo positivo na receita (R\$ 27.660) e (iii) aumento de 14,4% no volume de energia elétrica disponibilizada para outras Concessionárias e Permissionárias (R\$ 1.433).
- iii. **Outras receitas operacionais:** aumento de 21,1% (R\$ 97.293) basicamente pelos aumentos em: (i) receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD (R\$ 61.586) em função principalmente do reajuste tarifário de abril de 2018, bem como pela migração de clientes para o ambiente de contratação livre; (ii) subvenções baixa renda, descontos tarifários e subvenção de bandeiras tarifárias (CCRBT) com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") (R\$ 37.590), (iii) arrendamentos e alugueres (R\$ 4.087), compensados parcialmente pelas reduções em: (vi) registro de compensações pagas por descumprimento dos limites de continuidade (R\$ 1.804) e (v) ressarcimento de acordos bilaterais (R\$ 5.074).
- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** redução na receita de 145,1% (R\$ 303.325), basicamente: (i) amortização dos ativos e passivos homologados (R\$ 228.156); (ii) diferimento de custo de energia, sobrecontratação, CDE e outros itens tarifários (R\$ 68.794).

Quantidade de energia vendida

No 1º trimestre de 2019, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras concessionárias e permissionárias, foi maior em 6,4% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

O consumo da classe residencial representa 48,6% do total do mercado fornecido pela distribuidora e registrou crescimento de 7,9% no 1º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior.

A classe comercial, que representa 21,1% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou crescimento de 3,9% no 1º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior.

A classe industrial, que representa 10,8% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 7,8% no 1º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho reflete, principalmente, o efeito de movimentação de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e outras concessionárias e permissionárias) participam com 19,6% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram um crescimento de 6,2% no 1º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado reflete um crescimento relevante no consumo da classe rural.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve crescimento de 4,3% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe apresenta crescimento na classe residencial de 7,9%, no comercial 5,7% e consumo em linha na classe industrial, com variação nula. As demais classes de consumo apresentaram um crescimento de 5,2%.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 1º trimestre de 2019 foram de R\$ 1.456.827 apresentando aumento de 11,9% (R\$ 155.140) em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pelos aumentos em: (i) ICMS (R\$ 122.532); (ii) CDE (R\$ 44.931); (iii) PIS e COFINS (R\$ 43.985); (iv) Programa de P&D e Eficiência Energética (R\$ 3.266) e (v) PROINFA (R\$ 1.160), compensados por: (vi) Bandeiras Tarifárias (R\$ 61.326);

Comentário do Desempenho

Custo com energia elétrica

No 1º trimestre de 2019 o custo com energia elétrica foi de R\$ 1.701.886 apresentando um aumento de 14,5% (R\$ 215.318) em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deve-se basicamente:

Energia comprada para revenda: aumento de 23,7% (R\$ 284.565) em função: (i) aumento de 12,0% no preço médio, justificado principalmente pela elevação do preço de liquidação de diferenças ("PLD"), bem como pela variação positiva do dólar no trimestre de 2019 e (ii) aumento de 10,5% no volume de energia comprada.

Encargos do uso do sistema de distribuição: redução de 24,1% (R\$ 69.247), impactado principalmente pelas reduções em: (i) Encargo de Serviço do Sistema (ESS) e Encargo de Energia de Reserva (EER) (liquidado do repasse da CONER) (R\$ 68.284) e (ii) Encargo da Rede Básica (R\$ 15.166), compensados parcialmente por: (iii) aumento no Encargo de Uso do Sistema de Distribuição (R\$ 3.143); (iv) aumento no Encargo de Conexão (R\$ 1.249); (v) aumento no Encargo de Transporte de Itaipu (R\$ 2.753) e (v) crédito de PIS e COFINS (R\$ 7.058).

Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 512.970 no 1º trimestre de 2019, apresentando aumento de 11,1% (R\$ 51.268) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 359.767, apresentando aumento de 11,5% (R\$ 37.037).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 296.226 neste trimestre, aumento de 12,8% (R\$ 33.554) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Entidade de previdência privada:** aumento de 25,1% (R\$ 3.912), pelos registros dos impactos do laudo atuarial do período 2018.
- ii. **Material:** aumento de 10,3% (R\$ 1.906), principalmente pelos aumentos: (i) aquisição de materiais para manutenção máquinas e equipamentos (R\$ 826); (ii) aquisição de materiais para manutenção da frota (R\$ 628) e (iii) aquisição de uniformes e equipamentos (R\$ 580).
- iii. **Serviços de terceiros:** redução de 0,9% (R\$ 905), principalmente pelas reduções em: (i) serviços terceirizados (R\$ 1.964); (ii) serviços de poda de árvores (R\$ 1.051) e (iii) serviços de reaviso, corte e religação (R\$ 1.031), compensados pelas reduções em: (iv) serviços de leitura de medidores (R\$ 1.259); (v) serviços de call center (R\$ 1.237) e (vi) serviços de transportes (R\$ 561).
- iv. **Outros:** aumento de 85,0% (R\$ 28.538), principalmente pelos aumentos em: (i) provisão para crédito de liquidação duvidosa (R\$ 14.169); (ii) despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 10.605); (iii) taxa de arrecadação (R\$ 2.201); (iv) propaganda e publicidade (R\$ 570) e (v) consumo próprio (R\$ 571);

Amortização:

Aumento de despesa de amortização de 5,8% (R\$ 3.483), basicamente em função do incremento de investimentos na base do ativo intangível.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou despesa de R\$ 18.649, uma redução de 42,7% (R\$ 13.885) em relação ao mesmo período do ano anterior.

- i. **Receitas financeiras:** aumento de 2,9% (R\$ 1.965), principalmente pelos aumentos em: (i) atualização de ativo/passivo financeiro setoriais (R\$ 7.420), compensados pela redução em (ii) atualização de créditos fiscais (R\$ 382); (iii) atualização de parcelamentos (R\$ 2.711) e (iv) deságio na aquisição de crédito de ICMS (R\$ 1.886).
- ii. **Despesas financeiras:** redução de 12,0% (R\$ 11.919), principalmente (i) encargos de dívidas, atualização monetária e cambial da dívida, MTM e derivativos (R\$ 3.484); (ii) atualização monetária contingência (R\$ 4.750); (iii) comissões, encargos e tarifas bancárias (R\$ 1.096); (iv) atualização sobre mútuo (R\$ 673) e (v) liquidação CCEE - Custo de energia (R\$ 1.470).

Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurado neste trimestre foram de R\$ 104.596, apresentando aumento de 29,6% (R\$ 23.870) quando comparado com o mesmo período do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou neste trimestre um lucro líquido de R\$ 187.465, com aumento de R\$ 32,9% (R\$ 46.419), em relação ao lucro apurado no mesmo período do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) neste trimestre foi de R\$ 374.250, apresentando aumento de 19,1% (R\$ 59.888) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/03/2019	31/12/2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	790.027	197.579
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	1.697.678	1.738.965
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	1.332	1.338
Outros tributos a compensar	7	65.242	58.705
Derivativos	30	64.386	65.435
Ativo financeiro setorial	8	798.587	665.868
Estoques		9.659	8.798
Outros ativos	11	236.739	227.333
Total do circulante		3.663.651	2.964.022
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	42.656	49.326
Depósitos judiciais	20	477.305	474.095
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	62.174	61.777
Outros tributos a compensar	7	58.168	58.240
Ativo financeiro setorial	8	-	122.121
Derivativos	30	53.770	80.955
Créditos fiscais diferidos	9	252.956	250.933
Ativo financeiro da concessão	10	3.118.523	3.026.780
Outros ativos	11	10.397	11.056
Ativo contratual	13	433.272	430.279
Intangível	12	1.832.891	1.823.907
Total do não circulante		6.342.111	6.389.470
Total do ativo		10.005.763	9.353.492

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/03/2019	31/12/2018
Circulante			
Fornecedores	14	1.278.348	1.026.612
Empréstimos e financiamentos	15	768.255	372.081
Debêntures	16	48.176	82.310
Entidade de previdência privada	17	80.936	64.647
Taxas regulamentares	18	45.944	62.412
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	25.244	10.167
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	240.546	299.927
Dividendo e juros sobre capital próprio		202.810	202.810
Obrigações estimadas com pessoal		43.257	39.857
Outras contas a pagar	21	256.396	245.759
Total do circulante		2.989.913	2.406.582
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	1.465.954	1.649.787
Debêntures	16	2.134.222	2.151.666
Entidade de previdência privada	17	840.022	856.082
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	281.186	273.904
Derivativos	30	5.667	6.231
Passivo financeiro setorial	8	91.799	-
Outras contas a pagar	21	98.193	98.374
Total do não circulante		4.917.043	5.036.044
Patrimônio líquido			
	22		
Capital social		1.273.423	1.273.423
Reserva de capital		179.192	179.192
Reserva legal		81.435	81.435
Reserva de retenção de lucros para investimento		109.658	109.658
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		442.645	442.645
Dividendo		397.190	397.190
Resultado abrangente acumulado		(572.201)	(572.677)
Lucros acumulados		187.465	-
Total do patrimônio líquido		2.098.807	1.910.866
Total do passivo e do patrimônio líquido		10.005.763	9.353.492

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018 (1)
Receita operacional líquida	24	2.525.566	2.202.574
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	25	(1.701.886)	(1.486.568)
Custo com operação	26	(192.082)	(187.815)
Amortização		(56.049)	(52.644)
Outros custos com operação		(136.033)	(135.171)
Custo do serviço prestado a terceiros	26	(153.659)	(139.562)
Lucro operacional bruto		477.939	388.629
Despesas operacionais	26		
Despesas com vendas		(82.418)	(62.706)
Amortização		(291)	(292)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(25.423)	(11.254)
Outras despesas com vendas		(56.704)	(51.160)
Despesas gerais e administrativas		(77.842)	(65.438)
Amortização		(7.201)	(7.121)
Outras despesas gerais e administrativas		(70.641)	(58.317)
Outras despesas operacionais		(6.967)	(6.181)
Outras despesas operacionais		(6.967)	(6.181)
Resultado do serviço		310.710	254.305
Resultado financeiro	27		
Receitas financeiras		68.786	66.820
Despesas financeiras		(87.435)	(99.353)
		(18.649)	(32.534)
Lucro antes dos tributos		292.061	221.771
Contribuição social	9	(28.195)	(21.699)
Imposto de renda	9	(76.401)	(59.027)
		(104.596)	(80.726)
Lucro líquido do período		187.465	141.046
(1) veja nota explicativa 2.6.			
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	23	0,21	0,16

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais)

	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018
Lucro líquido do período	187.465	141.046
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	476	-
Resultado abrangente do período	187.941	141.046

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 31 de Março de 2019.
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária de retenção de lucros para investimento	Reserva de capital de giro				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.273.423	179.192	81.435	109.658	442.645	397.190	(572.677)	-	1.910.866
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	187.465	187.465
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	476	-	476
Saldos em 31 de Março de 2019	1.273.423	179.192	81.435	109.658	442.645	397.190	(572.201)	187.465	2.098.807

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 31 de Março de 2018.
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	923.423	179.192	48.959	109.658	404.298	118.321	(413.448)	-	1.370.403
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	141.046	141.046
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	(5.478)	-	(5.478)
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	(18.453)	(18.453)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	-	17.153	-	-	(17.153)	-
Saldos em 31 de março de 2018	923.423	179.192	48.959	109.658	421.451	118.321	(418.926)	105.439	1.487.518

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais)

	31/03/2019	31/03/2018
Lucro antes dos tributos	292.061	221.771
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	63.541	60.057
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	10.751	2.712
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25.423	11.254
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	32.443	50.168
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	19.494	15.583
Perda (ganho) na baixa de não circulante	6.301	6.196
	450.012	367.741
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	22.680	(110.508)
Tributos a compensar	(6.857)	(6.892)
Depósitos judiciais	2.216	(227)
Ativo financeiro setorial	22.825	(46.225)
Contas a receber - CDE	4.816	3.405
Outros ativos operacionais	(77.093)	(64.248)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	251.736	(444.747)
Outros tributos e contribuições sociais	(59.229)	1.251
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(19.265)	(17.231)
Taxas regulamentares	(16.468)	(209.582)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(10.061)	(13.070)
Passivo financeiro setorial	71.462	1.383
Contas a pagar - CDE	767	-
Outros passivos operacionais	74.375	90.240
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	711.916	(448.710)
Encargos de dívida e debêntures pagos	(84.276)	(52.428)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(91.940)	(81.230)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	535.700	(582.368)
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	-	(1.523)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	-	2.286
Adições de ativo contratual	(142.735)	-
Adições de intangível	-	(135.289)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(142.735)	(134.526)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	350.649	1.379.021
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(202.186)	(919.465)
Liquidação de operações com derivativos	51.019	150.446
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	-	(181.305)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	199.482	428.697
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	592.447	(288.197)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	197.579	713.796
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	790.027	425.599

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações do valor adicionado em 31 de março de 2019 e de 2018
 (Em milhares de Reais)

	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018
1 - Receita	3.956.971	3.493.009
1.1 Receita de venda de energia e serviços	3.829.191	3.365.290
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	153.202	138.971
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(25.423)	(11.254)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(2.198.459)	(1.933.800)
2.1 Custo com energia elétrica	(1.888.475)	(1.651.870)
2.2 Material	(111.270)	(106.981)
2.3 Serviços de terceiros	(139.248)	(134.153)
2.4 Outros	(59.465)	(40.797)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	1.758.512	1.559.208
4 - Retenções	(63.758)	(60.218)
4.1 Amortização	(63.758)	(60.218)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	1.694.754	1.498.990
6 - Valor adicionado recebido em transferência	72.701	71.051
6.1 Receitas financeiras	72.701	71.051
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.767.455	1.570.042
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	116.842	109.211
8.1.1 Remuneração direta	56.637	54.863
8.1.2 Benefícios	55.515	49.710
8.1.3 F.G.T.S	4.690	4.638
8.2 Impostos, taxas e contribuições	1.373.161	1.218.604
8.2.1 Federais	711.535	679.808
8.2.2 Estaduais	659.893	537.325
8.2.3 Municipais	1.733	1.471
8.3 Remuneração de capital de terceiros	89.987	101.181
8.3.1 Juros	89.291	100.557
8.3.2 Aluguéis	696	624
8.4 Remuneração de capital próprio	187.465	141.046
8.4.1 Lucros retidos	187.465	141.046
	1.767.455	1.570.042

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 - Km 2,5, CEP 13088-140 – Parque São Quirino - Campinas – São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 4,5 milhões de consumidores.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, exceto pelo CPC 06 (R2) e ICPC 22 que conforme descrito na nota 3.15 daquelas demonstrações financeiras não tem impacto materiais, e devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 6 de maio de 2019.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 30 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores

Notas Explicativas

reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 - Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos) (nota 30);
- Nota 11 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 12 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 17 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota 24 – Receita operacional líquida (premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado:

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.6 Nova apresentação das demonstrações financeiras de 2018 – abertura de linhas

A partir de 2019, com o objetivo de realizar melhorias na forma de apresentação das informações contábeis para monitoramento dos resultados pela Administração da Companhia, através de uma melhor análise das contas de custos e despesas, a Companhia passou a efetuar abertura das linhas de amortização e provisão para créditos de liquidação duvidosa nas demonstrações dos resultados.

Para fins de comparabilidade, estas mudanças foram aplicadas retrospectivamente conforme CPC 23, e, portanto, a Companhia está rerepresentando as informações contábeis intermediárias de 2018 com a mesma abertura. Não houve alterações entre as naturezas de custos e despesas.

A tabela a seguir resume os impactos nas informações contábeis intermediárias da Companhia:

Notas Explicativas

	1º Trimestre 2018		
	Originalmente publicado	Abertura de linhas	Nova apresentação
Receita operacional líquida	2.202.574	-	2.202.574
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	(1.486.568)	-	(1.486.568)
Custo com operação	(187.815)	-	(187.815)
Amortização	-	(52.644)	(52.644)
Outros custos com operação	-	(135.171)	(135.171)
Custo do serviço prestado a terceiros	(139.562)	-	(139.562)
Lucro operacional bruto	388.629	-	388.629
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com vendas	(62.706)	-	(62.706)
Amortização	-	(292)	(292)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(11.254)	(11.254)
Outras despesas com vendas	-	(51.160)	(51.160)
Despesas gerais e administrativas	(65.438)	-	(65.438)
Amortização	-	(7.121)	(7.121)
Outras despesas gerais e administrativas	-	(58.317)	(58.317)
Outras despesas operacionais	(6.181)	-	(6.181)
Outras despesas operacionais	-	(6.181)	(6.181)
Resultado do serviço	254.305	-	254.305
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	66.820	-	66.820
Despesas financeiras	(99.353)	-	(99.353)
	(32.534)	-	(32.534)
Lucro antes dos tributos	221.771		221.771
Contribuição social	(21.699)	-	(21.699)
Imposto de renda	(59.027)	-	(59.027)
	(80.726)	-	(80.726)
Lucro líquido do período	141.046	-	141.046

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Exceto para as alterações divulgadas abaixo as, as principais informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.15, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. O reflexo das mudanças nas políticas contábeis também são esperadas nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Natureza e efeito das mudanças decorrentes da aplicação das normas novas e revisadas

A Companhia adotou inicialmente o CPC 06 (R2) Arrendamentos e o ICPC 22 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro a partir de 1 de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2019 sem efeito material nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Com relação ao ICPC 22, a Companhia aplicou a interpretação e informa que não houve impacto material na adoção da mesma.

O CPC 06 (R2) estabelece, na visão do arrendatário, uma nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a

Notas Explicativas

ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do CPC 06 (R1), incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

A nova norma introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A Companhia optou por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil). A contabilidade do arrendador permaneceu semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. Como resultado da aplicação inicial da IFRS 16, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, A Companhia avaliou a norma e concluiu que não houve impacto material na adoção da mesma.”.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o preço que seria recebido para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 30) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador (“ANEEL”). Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa da Companhia que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldos bancários	58.388	158.142
Aplicações financeiras	<u>731.638</u>	<u>39.437</u>
Títulos de crédito privado (a)	<u>731.638</u>	<u>39.437</u>
Total	<u>790.027</u>	<u>197.579</u>

Notas Explicativas

a) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB's no montante de R\$ 294.840 (R\$ 230 em 31 de dezembro de 2018), (ii) operações compromissadas em debêntures no montante de R\$ 205.514 (R\$ 39.207 em 31 de dezembro de 2018) e (iii) letras de arrendamento mercantil no montante de R\$ 231.284, realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 94,4% do CDI.

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/03/2019	31/12/2018
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	335.563	296.362	41.347	673.273	666.844
Industrial	65.422	33.604	37.859	136.885	161.419
Comercial	115.797	46.739	12.618	175.154	185.432
Rural	26.577	7.701	2.131	36.408	38.018
Poder público	36.627	5.065	178	41.870	45.462
Iluminação pública	31.134	2.001	1.228	34.363	38.161
Serviço público	46.581	4.722	3.234	54.538	66.002
Faturado	657.701	396.194	98.595	1.152.491	1.201.338
Não faturado	525.274	-	-	525.274	508.651
Parcelamento de débito de consumidores	92.185	16.283	18.359	126.827	114.136
Operações realizadas na CCEE	24.763	-	-	24.763	42.486
Concessionárias e permissionárias	14.506	-	-	14.506	4.426
Outros	14	-	-	14	226
	1.314.443	412.477	116.954	1.843.875	1.871.263
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(146.196)	(132.297)
Total				1.697.678	1.738.965
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	37.652	-	-	37.652	44.323
Operações realizadas na CCEE	5.003	-	-	5.003	5.003
Total	42.655	-	-	42.656	49.326

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2018	(132.297)	(7.988)	(140.285)
Provisão revertida (constituída) líquida	(47.336)	(146)	(47.482)
Recuperação de receita	22.059	-	22.059
Baixa de contas a receber provisionadas	11.378	-	11.378
Saldo em 31/03/2019	(146.196)	(8.134)	(154.330)

Notas Explicativas**(7) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	31/03/2019	31/12/2018
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.332	1.338
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.332	1.338
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	15.188	9.691
ICMS a compensar	45.013	44.052
Programa de integração social - PIS	865	869
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.994	4.012
Outros	183	81
Outros tributos a compensar	65.242	58.705
Total circulante	66.574	60.043
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	62.174	61.777
Imposto de renda e contribuição social a compensar	62.174	61.777
ICMS a compensar	58.168	58.240
Outros tributos a compensar	58.168	58.240
Total não circulante	120.342	120.017

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2018			Receita operacional (nota 24)		Resultado financeiro (nota 27)	Saldo em 31/03/2019		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	770.013	113.266	883.280	(38.902)	(73.400)	13.591	741.656	42.915	784.570
CVA (*)									
CDE (**)	83.225	(32.145)	51.080	12.521	25.620	1.734	97.865	(6.910)	90.955
Custos energia elétrica	309.246	248.867	558.113	65.926	(193.604)	8.401	380.032	58.805	438.837
ESS e EER (***)	(308.610)	(155.720)	(464.330)	(95.890)	126.059	(7.100)	(409.869)	(31.391)	(441.260)
Proinfa	244	819	1.063	10.820	(670)	148	11.203	158	11.361
Rede básica	33.913	(10.642)	23.271	(1.905)	8.549	(9)	32.119	(2.213)	29.906
Repasse de Itaipu	560.709	130.191	690.900	78.140	(102.476)	10.599	647.709	29.454	677.163
Transporte de Itaipu	16.175	(521)	15.654	4.551	416	173	20.905	(111)	20.794
Neutralidade dos encargos setoriais	(26.773)	389	(26.384)	(45.521)	(361)	(1.863)	(74.157)	28	(74.129)
Sobrecontratação	101.884	(67.972)	33.913	(67.544)	63.066	1.509	35.849	(4.905)	30.943
Outros componentes financeiros	(76.409)	(18.881)	(95.290)	496	17.518	(505)	(76.418)	(1.363)	(77.780)
Total	693.604	94.385	787.990	(38.406)	(55.881)	13.086	665.238	41.552	706.790
Ativo circulante			665.868						798.587
Ativo não circulante			122.121						-
Passivo não circulante			-						(91.799)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Notas Explicativas**(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS****9.1 - Composição dos créditos fiscais:**

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>Crédito de contribuição social</u>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	40.089	41.246
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	26.869	25.177
Subtotal	66.959	66.423
<u>Crédito de imposto de renda</u>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	111.359	114.572
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	74.638	69.938
Subtotal	185.997	184.510
Total	<u>252.956</u>	<u>250.933</u>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da CPFL Energia. A fim de refletir adequadamente a alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro, foram registrados mensalmente créditos fiscais diferidos sobre eventuais prejuízos que possuem projeções positivas conforme referidos estudos.

9.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No primeiro trimestre de 2019 e 2018, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3%.

9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	<u>31/03/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	<u>CSSL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSSL</u>	<u>IRPJ</u>
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	22.446	62.349	21.995	61.099
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.890	38.583	12.626	35.071
Provisão energia livre	6.947	19.298	6.859	19.054
Programas de P&D e eficiência energética	15.352	42.645	15.005	41.679
Provisão relacionada a pessoal	2.461	6.836	1.878	5.216
Derivativos	(10.709)	(29.747)	(13.541)	(37.613)
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	(2.213)	(6.147)	(2.277)	(6.324)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (CPC)	(70.642)	(196.229)	(68.267)	(189.631)
Perdas atuariais (CPC)	21.612	60.035	21.612	60.035
Instrumentos financeiros (CPC)	(1.422)	(3.949)	(1.328)	(3.689)
Outros	(603)	(1.675)	865	2.403
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais (CPC)	29.750	82.639	29.750	82.639
Total	<u>26.869</u>	<u>74.638</u>	<u>25.177</u>	<u>69.938</u>

Notas Explicativas

9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018:

	1º Trimestre 2019		1º Trimestre 2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	292.061	292.061	221.771	221.771
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Realização correção monetária complementar	372	-	436	-
Incentivos fiscais - PIIT (*)	-	-	(281)	(281)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	19.656	19.656	18.223	18.223
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	1.189	(6.114)	950	(3.608)
Base de cálculo	313.278	305.603	241.099	236.105
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	(28.195)	(76.401)	(21.699)	(59.027)
Corrente	(28.795)	(78.069)	(26.871)	(73.153)
Diferido	600	1.668	5.172	14.126

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2018	3.026.780
Transferência - ativo contratual	66.727
Ajuste ao valor justo	27.516
Baixas	(2.499)
Saldo em 31/03/2019	3.118.523

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão mensurados a valores justos. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR"), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 24) no resultado do período.

(11) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Adiantamentos - Fundação CESP	3.129	2.748	5.751	5.751
Cauções, fundos e depósitos vinculados	769	759	-	-
Ordens em curso	43.011	50.544	-	-
Serviços prestados a terceiros	10.588	6.110	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	573	573
Despesas antecipadas	34.901	29.135	2.772	3.450
Contas a receber - CDE	87.151	91.967	-	-
Adiantamentos a funcionários	13.625	5.982	-	-
Outros	51.700	48.076	1.302	1.282
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(8.134)	(7.988)	-	-
Total	236.739	227.333	10.397	11.056

Contas a receber – CDE – Refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 5.074 (R\$ 5.396 em 31 de dezembro de 2018), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 82.032 (R\$ 86.533 em 31 de dezembro de 2018) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 45 (R\$ 38 em 31 de dezembro de 2018) (nota 24.3).

No primeiro trimestre de 2019, a Companhia efetuou o encontro de contas no montante a pagar de CDE (nota 18) e o contas a receber – CDE no montante de R\$ 118 (nota 24.3).

Notas Explicativas**(12) INTANGÍVEL**

	<u>Direito de concessão</u> <u>Infraestrutura de</u> <u>distribuição - em</u> <u>serviço</u>	<u>Outros</u> <u>ativos</u> <u>intangíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2018	1.822.144	1.763	1.823.907
Custo histórico	5.563.907	8.061	5.571.968
Amortização acumulada	(3.741.762)	(6.298)	(3.748.060)
Amortização	(63.671)	(86)	(63.757)
Transferência do ativo contratual	75.292	-	75.292
Baixa e transferência - outros ativos	(2.551)	-	(2.551)
Saldo em 31/03/2019	1.831.214	1.677	1.832.891
Custo histórico	5.616.086	8.061	5.624.147
Amortização acumulada	(3.784.872)	(6.384)	(3.791.256)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

(13) ATIVO CONTRATUAL

Saldo em 31/12/2018	430.279
Adições	145.012
Transferência para intangível em serviço	(75.292)
Transferência - ativo financeiro	(66.727)
Saldo em 31/03/2019	433.272

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

(14) FORNECEDORES

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Encargos de serviço do sistema	-	26.427
Suprimento de energia elétrica	850.368	654.111
Encargos de uso da rede elétrica	101.556	83.546
Materiais e serviços	213.402	151.191
Energia livre	113.022	111.337
Total	1.278.348	1.026.612

Notas Explicativas**(15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/03/2019
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	163.238	-	(12.591)	10	-	-	150.657
Pós Fixado							
TJLP	92.622	-	(15.896)	1.928	-	(1.740)	76.914
TLP (IPCA)	405.059	-	-	6.864	-	(3.978)	407.946
Selic	26.597	-	(2.060)	556	-	(161)	24.932
CDI	-	351.000	-	5.311	-	-	356.311
Outros	1.895	-	(115)	27	-	(28)	1.779
Total ao custo	689.412	351.000	(30.662)	14.696	-	(5.907)	1.018.539
Gastos com captação (*)	(12.487)	(351)	-	669	-	-	(12.169)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	1.183.614	-	(145.272)	10.301	24.874	(10.584)	1.062.933
Euro	186.378	-	-	355	827	(358)	187.201
Marcação a mercado	(25.048)	-	-	2.753	-	-	(22.295)
Total ao valor justo	1.344.944	-	(145.272)	13.409	25.701	(10.942)	1.227.839
Total	2.021.868	350.649	(175.934)	28.774	25.701	(16.849)	2.234.209
Circulante	372.081	-	-	-	-	-	768.255
Não circulante	1.649.787	-	-	-	-	-	1.465.954

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Notas Explicativas

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		31/03/2019	31/12/2018	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional						
Pré fixado						
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 8% (a)		144.318	154.788	2011 a 2024	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
FINAME	Pré fixado de 4,5%		6.339	8.450	2012 a 2019	Aval da CPFL Energia
			150.657	163.238		
Pós fixado						
TJLP						
FINEM	TJLP + de 2,06% a 3,08% (b)		76.914	92.622	2012 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
			76.914	92.622		
TLP (IPCA)						
FINEM	IPCA + 4,74% (b)		407.946	405.059	2020 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
			407.946	405.059		
SELIC						
FINEM	SELIC + 2,62% a 2,66% (c)		24.932	26.597	2016 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
			24.932	26.597		
CDI						
Nota Promissória	103,4% CDI (c)		356.311	-	2019	Fiança da CPFL Energia
Outros						
Outros	RGR (6% a 6,5%)		1.779	1.895	2013 a 2022	Recebíveis e notas promissórias
Total moeda nacional			1.018.539	689.412		
Gastos com captação (*)			(12.169)	(12.487)		
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira						
Dólar						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 0,8% e 1,55%		464.642	599.290	2017 a 2021	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 3,56%		598.291	584.324	2022 a 2023	Aval da CPFL Energia e nota promissória
			1.062.933	1.183.614		
Euro						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + 0,79%		187.201	186.378	2022	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado			(22.295)	(25.048)		
Total moeda estrangeira			1.227.839	1.344.944		
Total			2.234.209	2.021.868		

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30.

Taxa efetiva:

(a) De 30% a 70% do CDI

(b) De 60% a 110% do CDI

(c) De 100% a 130% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia em consonância com o CPC 48 classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil. Em 31 de março de 2019, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 1.227.839 (R\$ 1.344.944 em 31 de dezembro de 2018).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito que é registrado em outros resultados

Notas Explicativas

abrangentes. Em 31 de março de 2019 os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 22.295 (ganhos acumulados de R\$ 25.048 em 31 de dezembro de 2018), compensados pelas perdas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 6.499 (perdas de R\$ 10.292 em 31 de dezembro de 2018), contratados para proteção da variação cambial (nota 30), geraram um ganho total líquido de R\$ 15.796 (ganho total líquido de R\$ 14.756 em 31 de dezembro de 2018).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

A partir de 01/04/2020	192.292
2021	162.966
2022	575.830
2023	356.431
2024	55.413
2025 a 2027	140.220
Subtotal	1.483.152
Marcação a mercado	(17.198)
Total	1.465.954

Adições no período:

Moeda nacional

No primeiro trimestre de 2019, foram emitidas notas promissórias, no montante total de R\$ 351.000 (R\$ 350.649 líquido dos gastos de captação). Os recursos obtidos serão destinados para reforço de capital de giro. O principal e os juros serão pagos em parcela única em dezembro de 2019.

Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (cross default), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

Para os empréstimos e financiamentos contratados ou com liberações de recursos ocorridas em 2019, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25

Para os demais empréstimos e financiamentos, os detalhes das condições restritivas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas.

Notas Explicativas**(16) DEBÊNTURES**

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/03/2019
Pós fixado					
CDI	1.505.564	(26.250)	23.639	(49.649)	1.453.304
IPCA	742.361	-	16.657	(16.477)	742.541
Total ao custo	2.247.926	(26.250)	40.296	(66.126)	2.195.845
Gastos com captação (*)	(13.950)	-	504	-	(13.446)
Total	2.233.976	(26.250)	40.800	(66.126)	2.182.399
Circulante	82.310				48.176
Não circulante	2.151.666				2.134.222

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		31/03/2019	31/12/2018	Faixa de vencimento	Garantia
CDI	CDI + 0,48% a 0,83%	(a)	1.453.304	1.505.564	2018 a 2021	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + de 4,42% a 5,05%	(b)	742.541	742.361	2022 a 2025	Fiança da CPFL Energia
	Total		2.195.845	2.247.926		
	Gastos com captação (*)		(13.446)	(13.950)		
	Total		2.182.399	2.233.976		

Taxa efetiva a.a.:

(a) 106% do CDI | CDI + 0,89%

(b) IPCA + 4,84% a 5,30%

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2021	1.401.410
2022	224.918
2023	186.858
2024	186.858
2025 a 2027	134.178
Total	2.134.222

Condições restritivas

Notas Explicativas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam cláusulas que requerem da Companhia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

Os detalhes das condições restritivas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas.

(17) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

16.1 – Movimentações do plano de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2018	907.805
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	19.494
Contribuições da patrocinadora vertidas do período	(18.109)
Passivo atuarial líquido em 31/03/2019	909.190
Outras contribuições	11.768
Total passivo	920.958
Circulante	80.936
Não circulante	840.022

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018
Custo do serviço	231	209
Juros sobre obrigações atuariais	112.293	105.271
Rendimento esperado dos ativos do plano	(93.030)	(89.897)
Total da despesa (receita)	19.494	15.583

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, com base nos laudos atuariais preparados para as datas-base de 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram:

	31/12/2018	31/12/2017
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	9,10% a.a.	9,51% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	9,10% a.a.	9,51% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,56% a.a.	6,08% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fracca	Light fracca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano

Notas Explicativas**(18) TAXAS REGULAMENTARES**

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	884	884
Conta de desenvolvimento energético - CDE (nota 24.5)	44.875	-
Bandeiras tarifárias e outros	186	61.529
Total	<u>45.944</u>	<u>62.412</u>

Conta de desenvolvimento energético – CDE – Refere-se: quota a mensal de R\$ 44.875 homologada pela ANEEL destinada à devolução do aporte da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (“conta ACR”) do período de fevereiro a dezembro de 2014.

No primeiro trimestre de 2019 a Companhia efetuou o encontro de contas do montante a pagar de CDE e o contas a receber – CDE (nota 11) no valor de R\$ 118.

Bandeiras tarifárias e outros – Refere-se basicamente ao montante a ser repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”), cujo valor a receber foi registrado através da emissão das faturas de energia (nota 24.4).

(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	18.372	8.210
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	6.872	1.957
Imposto de renda e contribuição social a recolher	<u>25.244</u>	<u>10.167</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	166.090	225.908
Programa de integração social - PIS	10.997	10.678
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	50.755	49.272
Outros	12.703	14.069
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	<u>240.546</u>	<u>299.927</u>
Total	<u>265.790</u>	<u>310.094</u>

Notas Explicativas

(20) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/03/2019		31/12/2018	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	80.418	26.518	80.522	26.916
Cíveis	66.444	35.432	65.450	36.928
Fiscais				
FINSOCIAL	42.124	99.925	39.727	99.146
Imposto de renda	-	240.616	-	237.513
Outras	89.345	74.813	85.391	73.592
	<u>131.469</u>	<u>415.355</u>	<u>125.118</u>	<u>410.251</u>
Outros	2.855	-	2.814	-
Total	<u>281.186</u>	<u>477.305</u>	<u>273.904</u>	<u>474.095</u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/03/2019
Trabalhistas	80.522	2.185	(1.665)	(3.020)	2.396	80.418
Cíveis	65.450	6.480	(1.291)	(6.383)	2.187	66.444
Fiscais	125.118	4.391	(179)	(658)	2.797	131.469
Outros	2.814	-	-	-	41	2.855
Total	<u>273.904</u>	<u>13.057</u>	<u>(3.136)</u>	<u>(10.060)</u>	<u>7.421</u>	<u>281.186</u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Perdas possíveis: A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estavam assim representadas:

	31/03/2019	31/12/2018	
Trabalhistas	173.830	175.800	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	501.316	456.393	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	1.799.707	1.711.608	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social
Regulatório	15.371	14.876	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	<u>2.490.225</u>	<u>2.358.677</u>	

Fiscais – referem-se basicamente a discussões da dedutibilidade para Imposto de renda da despesa reconhecida no exercício de 1997 referente ao compromisso assumido relativo ao plano de pensão dos funcionários da Companhia perante a FUNCESP no montante estimado de R\$ 1.237.310, com um depósito judicial vinculado no valor de R\$ 206.874 e garantias financeiras (carta de fiança e seguro garantia).

Notas Explicativas

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, conforme descrito na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho, sendo que o status da discussão não foi alterado desde então e o risco permanece como possível.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Consumidores e concessionárias	32.334	36.651	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	85.054	67.959	59.022	70.067
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	31.692	40.229	36.471	24.038
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	13.900	16.757	-	-
Adiantamentos	5.171	5.068	278	309
Descontos tarifários - CDE	2.784	2.017	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	136	136	-	-
Folha de pagamento	3.571	5.144	-	-
Participação nos lucros	27.687	22.503	2.286	3.824
Convênios de arrecadação	44.107	40.188	-	-
Outros	9.959	9.107	136	136
Total	256.396	245.759	98.193	98.374

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 está assim distribuída:

:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	880.653.030	880.653.030	100,00
Ações em tesouraria	1	1	-
Total	880.653.031	880.653.031	100,00

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

(23) LUCRO POR AÇÃO

23.1 - Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados:

Notas Explicativas

	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	187.465	141.046
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	880.653.031	880.653.031
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	0,21	0,16

Nos trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(24) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/03/2019	31/03/2018	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	4.119.970	4.013.667	2.654	2.461	1.714.656	1.326.651
Industrial	28.235	29.165	591	641	334.520	330.495
Comercial	244.609	247.625	1.150	1.107	688.091	582.481
Rural	81.707	81.033	295	259	104.786	78.986
Poderes públicos	27.822	27.806	183	182	101.741	89.249
Iluminação pública	8.563	8.249	248	245	89.925	72.826
Serviço público	4.921	4.798	318	299	151.298	128.109
Fornecimento faturado	4.515.827	4.412.343	5.439	5.193	3.185.017	2.608.797
Consumo próprio	468	463	6	5	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	10.131	69.242
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(1.291.395)	(945.655)
Fornecimento de energia elétrica	4.516.295	4.412.806	5.445	5.198	1.903.753	1.732.384
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			102	17	33.729	4.637
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(1.674)	(1.724)
Energia elétrica de curto prazo			467	64	135.667	11.936
Suprimento de energia elétrica			569	81	167.722	14.849
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					1.293.069	947.379
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					338.592	277.006
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(7.413)	(5.610)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					153.202	138.971
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)					(94.287)	209.038
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)					26.392	25.990
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares					161.540	123.950
Outras receitas e rendas					39.823	40.305
Outras receitas operacionais					1.910.918	1.757.029
Total da receita operacional bruta					3.982.393	3.504.262
Deduções da receita operacional						
ICMS					(659.478)	(536.946)
PIS					(62.586)	(54.739)
COFINS					(288.273)	(252.133)
ISS					(110)	(92)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(463.201)	(418.270)
Programa de P & D e eficiência energética					(23.603)	(20.337)
PROINFA					(18.268)	(17.108)
Bandeiras tarifárias e outros					61.343	17
Outros					(2.651)	(2.078)
					(1.456.827)	(1.301.688)
Receita operacional líquida					2.525.566	2.202.574

24.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

24.2 - Revisão Tarifária Periódica (“RTP”)

Em 03 de abril de 2018, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.381, relativo a quarta revisão tarifária periódica - RTP, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 08 de abril de 2018, em 12,68%, sendo 8,67% referentes ao reajuste tarifário econômico e 4,01% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 16,90%.

Notas Explicativas

24.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

Todos os detalhes referentes ao aporte de CDE estão detalhados na nota 23.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

No primeiro trimestre de 2019, foi registrada receita de R\$ 161.540 (R\$ 123.950 no primeiro trimestre de 2018), sendo (i) R\$ 7.764 (R\$ 9.027 no primeiro trimestre 2018) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 122.479 (R\$ 110.974 no primeiro trimestre de 2018) referentes a outros descontos tarifários e (iii) R\$ 125 (R\$ 134 no primeiro trimestre de 2018) de desconto tarifário – liminares e (iv) R\$ 31.172 de subvenção CCRBT (R\$ 3.815 no primeiro trimestre de 2018). Estes itens foram registrados em contrapartida a outros ativos na rubrica contas a receber – CDE (nota 11) e outras contas a pagar na rubrica descontos tarifários – CDE (nota 21).

24.4 – Bandeiras tarifárias

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias está descrito na nota 23.4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

No primeiro trimestre de 2019, foram homologados pela ANEEL os meses de novembro e dezembro de 2018 e janeiro de 2019. A bandeira faturada neste período foi de R\$ 61.576, e o valor recebido pela Companhia da CCRBT foi de R\$ 31.172, totalizando R\$ 92.748 utilizados para compensar parte do ativo financeiro setorial (nota 8). O montante de R\$ 179, referente a Bandeira Tarifária faturada de fevereiro e março de 2019 não foi homologado e está registrado em taxas regulamentares (nota 18).

24.5 – Conta de desenvolvimento energético – (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.510, de 18 de dezembro de 2018, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE vigentes para o ano de 2019. Essas quotas contemplam: (i) quota CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia (parcelas finais com pagamentos encerrados em março de 2019), referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, recolhida dos consumidores e repassadas à Conta CDE a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da REH nº 2.521 de 20 de março de 2019, a ANEEL estabeleceu a antecipação do pagamento da quota destinada à amortização da Conta ACR, devido à existência de saldo positivo na conta, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período de março de 2019 a agosto de 2019, revogando a resolução REH nº 2.231 de 2017 anteriormente vigente.

(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018
<u>Energia comprada para revenda</u>				
Energia de Itaipu Binacional	1.222	1.196	294.655	243.904
PROINFA	116	116	49.570	40.028
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	5.714	5.073	1.283.512	1.032.173
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(144.203)	(117.136)
Subtotal	7.053	6.385	1.483.534	1.198.969
<u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u>				
Encargos da rede básica			215.466	230.633
Encargos de transporte de itaipu			29.906	27.153
Encargos de conexão			6.601	5.352
Encargos de uso do sistema de distribuição			7.030	3.887
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			(18.395)	19.982
Encargos de energia de reserva - EER			-	29.907
Crédito de PIS e COFINS			(22.256)	(29.314)
Subtotal			218.352	287.599
Total			1.701.886	1.486.568

(*) Conta de energia de reserva

Notas Explicativas**(26) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Despesas Operacionais				Total	
	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018	Gerais e administrativas		Outros		1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018
							1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018		
Pessoal	69.939	69.681	-	-	12.532	12.352	16.562	15.897	-	-	98.033	97.930
Entidade de previdência privada	19.494	15.583	-	-	-	-	-	-	-	-	19.494	15.583
Material	19.483	17.236	90	139	377	272	502	899	-	-	20.452	18.546
Serviços de terceiros	29.581	32.440	367	453	31.993	28.929	34.189	35.212	-	-	96.130	97.035
Custos com construção da infraestrutura	-	-	153.202	138.971	-	-	-	-	-	-	153.202	138.971
Outros	(1.464)	231	-	(1)	11.801	9.606	19.389	6.308	6.967	6.181	36.694	22.325
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	11.729	9.528	-	-	-	-	11.729	9.528
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	696	624	-	-	696	624
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	1.198	628	-	-	1.198	628
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	12.079	1.475	-	-	12.079	1.475
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	304	335	-	-	304	335
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	6.300	6.196	6.301	6.196
Outros	(1.464)	231	-	(1)	72	78	5.112	3.246	667	(15)	4.387	3.539
Total	136.033	135.171	153.659	139.562	56.704	51.160	70.641	58.317	6.967	6.181	424.004	390.391

(27) RESULTADO FINANCEIRO

	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	7.731	13.149
Acréscimos e multas moratórias	34.307	29.160
Atualização de créditos fiscais	397	779
Atualização de depósitos judiciais	5.426	5.443
Atualizações monetárias e cambiais	3.724	6.584
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	3.815	5.701
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	13.086	5.666
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(3.914)	(4.232)
Outros	4.213	4.570
Total	68.786	66.820
Despesas		
Encargos de dívidas	(59.620)	(56.881)
Atualizações monetárias e cambiais	(25.002)	(35.474)
(-) Juros capitalizados	2.060	1.327
Outros	(4.872)	(8.325)
Total	(87.435)	(99.353)
Resultado financeiro	(18.649)	(32.534)

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 23.349 no primeiro trimestre de 2019 (ganho de R\$ 5.858 no primeiro trimestre de 2018) (nota 30).

(28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de março de 2019, as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A. ("SGBP")

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela SGBP.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

Notas Explicativas

As principais naturezas e transações estão descritas na nota 27 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, da controladora e por um membro independente, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro trimestre de 2019, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 1.147 (R\$ 1.717 no primeiro trimestre de 2018). Este valor é composto por R\$ 1.123 (R\$ 1.677 no primeiro trimestre de 2018) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 24 (R\$ 40 no primeiro trimestre de 2018) de outros benefícios pós-emprego de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia são como seguem:

Empresas	Passivo	Despesa / Custo	
	31/03/2019	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018
Encargos - Rede básica			
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	387	17.868	16.134

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A, são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	20	-	24	-	-	-	(28)	(41)
CPFL Brasil Varejista S.A	1	1	-	-	-	-	(1)	(1)
Companhia Piratininga de Força e Luz	825	1.191	1.465	2.173	-	-	1.037	477
Companhia Jaguari de Energia	241	794	283	282	-	-	(1.077)	(1.039)
Rio Grande Energia S.A. (*)	-	1.619	-	176	-	-	-	(1.889)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A	1.604	1.580	707	446	-	-	(4.494)	(2.165)
CPFL Geração de Energia S.A.	4	-	2	-	-	-	(19)	(40)
CPFL Energia S.A.	330	103	1.330	-	-	-	(165)	(143)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	17	5	10	5	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	5	-	-	-	-	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	-	(2)	(8)
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Arrendamento e aluguel								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	60	80	-	-
CPFL Brasil Varejista S.A	-	-	-	-	2	2	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	219	292	-	-
Companhia Jaguari de Energia	-	-	-	-	8	10	-	-
Rio Grande Energia S.A. (*)	-	-	-	-	-	12	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A	-	30	-	-	17	4	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	59	79	-	-
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	1	1	-	-
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	-	-	7	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	10	31	-	-	41	62	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	4	16	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	2	2	-	-
Contrato de Mútuo								
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	205
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	468
Dividendos/juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	202.810	202.810	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Companhia Jaguari de Energia	4	4	-	-	-	-	-	-
Rio Grande Energia S.A. (*)	-	12	-	-	-	-	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A	12	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (**)	10.210	9.787	12.544	9.243	-	-	11.407	10.811
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	21	21	2.260	2.373	-	-	7.308	6.094
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	1.789	509	-	-	4.826	4.559
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	5	-	-	-
CPFL Telecom S.A.	-	-	-	-	-	-	-	32.214
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	519	74	-	-	617	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	2.134	685	-	-	5.923	6.098
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	14	13	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	20	20	-	-	67	67	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	1.133	-	-	-	3.060	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	1.342	1.368	-	-	4.045	4.732	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	11.672	11.674	-	-	33.901	33.983
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	20	26	-	-	58	57
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	5.959	7.786	-	-	9.968	18.057
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	330	336	-	-	737	969
Campos Novos Energia S.A.	-	-	55.468	56.654	-	-	53.376	49.559
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	9.810	9.810	-	-	28.480	26.747
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	25.257	25.236	-	-	71.349	67.278
CPFL Renováveis - Consolidado	472	629	1.156	402	1.329	912	2.158	1.112
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	6	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	282	212	-	-	1.934	2.418
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	58	-	-	-	2.779	2.372
Outras operações financeiras								
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	12
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	10
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	14
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	304	334

(*) Os saldos de ativo e passivo e as operações de resultados realizadas após 31/10/2018, estão apresentadas na RGE Sul Distribuidora de Energia em função da incorporação dessa empresa pela RGE Sul Distribuidora de Energia.

(**) Intangível, ativo contratual em curso, materiais e prestação de serviços:

Aquisição de imobilizado e intangível – A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de construção civil no período. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como intangível da concessão da Companhia R\$ 18.889 no 1º trimestre findo em 31 de março de 2019 (R\$ 115.542 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

Notas Explicativas

(29) GESTÃO DE RISCOS

A estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

(30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/03/2019	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	790.027	790.027
Derivativos	30	(a)	Nível 2	118.156	118.156
Ativo financeiro da concessão	10	(a)	Nível 3	3.118.523	3.118.523
			Total	4.026.706	4.026.706
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (***)	1.006.370	1.005.992
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	15	(a)	Nível 2	1.227.839	1.227.839
Debêntures - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	2.182.398	2.172.310
Derivativos	30	(a)	Nível 2	5.667	5.667
			Total	4.422.274	4.411.808

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 2.753 no 1º Trimestre 2019 (uma perda de R\$ 20.541 no 1º Trimestre 2018).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurado ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – CDE; (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros; (v) convênios de arrecadação; e (vi) ativo financeiro setorial.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar; (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; (v) Empresa de Pesquisa Energética – EPE; (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL; (vii) convênios de arrecadação; (viii) descontos tarifários – CDE e (ix) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no primeiro trimestre de 2019 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

Notas Explicativas

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado no primeiro trimestre de 2019 são de R\$ 27.516 (R\$ 27.451 no primeiro trimestre de 2018), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge econômico*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 15). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de março de 2019 a Companhia detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
	Ativo	Passivo							
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	118.156	-	118.156	121.322	(3.166)	US\$ + (Libor 3 meses + 0,8% e 1,55%) ou (2,74% a 3,56%)	105,5% a 116% do CDI	mar/19 a ago/23	935.362
Empréstimos bancários - Lei 4.131	-	(5.667)	(5.667)	(2.334)	(3.333)	Euro + 0,79%	103,5% do CDI	fev/22	188.500
Total	118.156	(5.667)	112.489	118.988	(6.499)				
Circulante	64.386								
Não circulante	53.770								

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15 e 16.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

Notas Explicativas

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2018	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/03/2019
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	150.451	19.556	(51.019)	118.988
Marcação a mercado (*)	(10.292)	3.793	-	(6.499)
Total	140.160	23.349	(51.019)	112.489

(*) Os efeitos no resultado de 2019 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: ganhos de R\$ 3.793 para as dívidas designadas a valor justo

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 15).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo as dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018
Variação de taxas de juros	-	1.117
Variação cambial	19.556	(8.150)
Marcação a mercado	3.793	12.890
	23.349	5.858

c) Ativos financeiros da concessão

Em função Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos. A mensuração contábil da indenização decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores

Notas Explicativas

atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA, SELIC e TJLP), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de março de 2019 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa) no resultado		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(1.046.569)		(38.702)	232.616	503.933
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.072.658		39.667	(238.414)	(516.496)
	26.089	baixa dolar	965	(5.798)	(12.563)
Instrumentos financeiros passivos	(181.270)		(12.220)	36.153	84.525
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	185.111		12.479	(36.919)	(86.316)
	3.841	baixa euro	259	(766)	(1.791)
Total	29.930		1.224	(6.564)	(14.354)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			925	(4.771)	(10.468)
Efeitos no resultado do período			299	(1.793)	(3.886)

(a) A taxa de cambio considerada em 31.03.2019 foi de R\$ 3,90 para o dólar e R\$ 4,38 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 4,04 e R\$ 4,67 e a depreciação cambial de 3,70% e 6,74%, do dólar e do euro respectivamente em 31.03.2019.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de março de 2019 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa) no resultado		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	832.332				55.184	68.980	82.775
Instrumentos financeiros passivos	(1.809.615)				(119.977)	(149.972)	(179.966)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(1.145.281)				(75.932)	(94.915)	(113.898)
	(2.122.564)	alta CDI	6,34%	6,63%	(140.725)	(175.907)	(211.089)
Instrumentos financeiros passivos	(76.914)				(4.815)	(6.019)	(7.222)
	(76.914)	alta TJLP	6,79% e 7,42%	6,26%	(4.815)	(6.019)	(7.222)
Instrumentos financeiros passivos	(1.150.486)				(46.480)	(34.860)	(23.240)
Ativo financeiro da concessão	3.118.523				125.988	94.491	62.994
	1.968.037	baixa IPCA	4,40%	4,04%	79.508	59.631	39.754
Ativos e passivos financeiros setoriais	706.788				46.507	34.880	23.253
Instrumentos financeiros passivos	(24.932)				(1.641)	(1.230)	(820)
	681.856	baixa SELIC	6,35%	6,58%	44.866	33.650	22.433
Total	450.415				(21.166)	(88.645)	(156.124)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					7	8	10
Efeitos no resultado do período					(21.173)	(88.653)	(156.134)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma despesa de R\$ 10.516.

Notas Explicativas

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos.

Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita Ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como se segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de refletindo a percepção do da empresa sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi (“PDD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PDD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PDD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PDD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra do IFRS descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla PD, EAD e LGD.

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência, visto às características do setor elétrico, que possui ferramentas que mitigam o risco de perdas, por exemplo, a suspensão do fornecimento de energia para o consumidor em *default*.

Notas Explicativas

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os períodos de 2019 e 2018 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA-, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 30). A Administração não identificou para o período de 2019 e exercício de 2018 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

(31) EVENTO SUBSEQUENTE

31.1 - Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Em 02 de abril de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.526, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 08 de abril de 2019, em 12,02%, sendo 2,95% referentes ao reajuste tarifário econômico e 9,07% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 8,66%.

31.2 - Aumento de Capital

Através da AGO/E de 29 de abril de 2019, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 34.950, referente capitalização do benefício fiscal do ágio apurado nos exercícios de 2017 e 2018 sem emissão de novas ações.

31.3 - Distribuição de Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio (“JCP”)

Na AGO/E de 29 de abril de 2019 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2018, através de (i) declaração de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 24.597; (ii) dividendo adicional proposto no montante de R\$ 397.190 e (iii) juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 129.663 declarado em novembro de 2018.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Telles, 977 - 10º andar, Cambuí

13024-001 - Campinas/SP – Brasil

Edifício Dahruj Tower Caixa Postal 737 - CEP 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000, Fax +55 (19) 3198-6205

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos

Administradores e Acionistas da

Companhia Paulista de Força e Luz

Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Paulista de Força e Luz (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 06 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes

Marcio José dos Santos

CRC 2SP027612/O-4

Contador CRC 1SP252906/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas - São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 33.050.196/0001-88, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2019;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2019.

Campinas, 6 de maio de 2019.

Carlos Zamboni Neto

Diretor Presidente

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas - São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 33.050.196/0001-88, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2019;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2019.

Campinas, 6 de maio de 2019.

Carlos Zamboni Neto

Diretor Presidente

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de relações com Investidores